

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

REQUERIMENTO N.º _____, de 2006

(Do Senhor Ivan Valente)

Requer a realização de audiência pública na Comissão de Educação e Cultura para tratar de contratação, pelos sistemas de ensino, de empresas privadas do setor educacional, a fim de oferecer formação aos professores, fornecer material e livro didático, e ainda, todo o acompanhamento pedagógico correspondente, com repasses de verbas públicas.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro à V. Ex.^a, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, ouvido o plenário desta Comissão de Educação e Cultura, a realização de audiência pública, em data a ser agendada, com o intuito de tomar esclarecimentos junto ao MEC, à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e algumas secretarias de educação municipais, ouvindo também especialistas e pesquisadores da área educação e verificar, se este tipo de atividade fere a autonomia das escolas e dos professores na definição de seus projetos políticos pedagógicos e dos currículos, bem como, a lei de licitações, o princípio de gestão democrática, dentre outros aspectos.

Também temos intenção de esclarecer qual a posição que estas esferas de governo têm em relação ao seu papel na formação e capacitação dos profissionais de educação, na definição de políticas públicas para implementar educação de qualidade e, que ganhos tem a maioria da população com a terceirização e privatização da educação nos municípios

Justificativa

Na sua edição do dia 30.01.06 o Jornal Folha de São Paulo apresenta um dado alarmante: 145 prefeituras brasileiras, das quais 129 no Estado de São Paulo terceirizaram



668DDF9512

a formação dos professores, o livro didático e todo o acompanhamento pedagógico correspondente. Esta função própria das Secretarias Municipais está sendo entregue a empresas privadas do ramo educacional, com destaque para os grupos COC, Objetivo, OPET, Positivo, Anglo e Expoente.

Apesar da maioria das empresas não divulgarem os custos de seus trabalhos, a reportagem apurou que os mesmos variam entre R\$ 145,00 a R\$ 260,00 aluno/ano.

A reportagem afirma também que os recursos seriam federais. Afirma também que, mesmo não sendo ilegal, tal procedimento significa o repasse de recursos públicos ao setor privado e que tais “convênios” não garantem melhora no padrão de qualidade.

Inúmeros educadores consultados manifestaram preocupação com tal postura administrativa, a qual estaria retirando a autonomia das escolas para escolha do livro didático e na definição do projeto pedagógico.

Há muito que, especialmente no Estado de São Paulo, os educadores questionam a falta de protagonismo da CENP – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, que deveria estar oferecendo e promovendo a formação continuada para milhares de professores da rede pública, tanto estadual como municipal. A ausência de uma política de formação mais consistente por parte do governo estadual é fonte de estímulo e indiretamente vem auxiliando esta terceirização crescente.

Durante o ano de 2005 foi lançada pelo governo federal a Rede Nacional de Formação dos Professores, assim como inúmeros programas de formação específicos. O suporte dos mesmos seria dado pelas universidades públicas e filantrópicas. O MEC, através do FNDE, fornece livros didáticos, os quais são escolhidos pelos próprios professores em cada escola pública do país.

Diante do exposto, conto com o apoio desta Comissão para aprovação deste requerimento de AUDIÊNCIA PÚBLICA e sugerimos, para o bom êxito desta atividade, sejam convidados para este debate, o Ministro de Estado da Educação, o Secretário de Educação de São Paulo, alguns secretários municipais e especialistas da área da educação.

Sala da Comissão, em 31 de janeiro de 2006

Ivan Valente
Deputado Federal PSOL/SP



668DDF9512